

CULTURA DE DIREITOS EM TEMPOS DE CRISE: OS TRABALHADORES DO RIO DE JANEIRO E SEUS JORNAIS NO INÍCIO DO GOVERNO PROVISÓRIO DE GETÚLIO VARGAS

LUÍS EDUARDO DE OLIVEIRA¹

Nesta comunicação, apresento e discuto alguns dos resultados iniciais da pesquisa que venho empreendendo sobre as visões produzidas pela imprensa militante da cidade do Rio de Janeiro, em seus diferentes matizes, em relação aos aspectos centrais das políticas social e sindical implementadas gradativamente no país entre fins de 1930 e meados de 1934.² Ressalto a princípio que o exame das associações, mobilizações e reivindicações do proletariado do Rio de Janeiro e suas relações com o Estado durante os primeiros anos da década de 1930, além da conjuntura de crise em que estava inserida a rearticulação de seu movimento por direitos, deve considerar, ainda, a existência de uma *cultura política* significativa que foi constituída pelos trabalhadores cariocas em meio às múltiplas lutas que travaram contra a exploração, a miséria e a exclusão social desde os primeiros anos da República.

Tendo em vista que essa perspectiva de estudo diverge em muitos aspectos das teses e categorias analíticas tradicionalmente aceitas sobre o tema, na primeira parte desta comunicação procurarei estabelecer um diálogo com a produção historiográfica mais recente sobre as relações Estado–classe trabalhadora nas diferentes conjunturas políticas e institucionais do primeiro governo Vargas. Já nas duas partes seguintes do texto, além de apresentar os contornos e limites do projeto autoritário-corporativo com o qual os dirigentes do Governo Provisório buscaram fazer frente à grave crise socioeconômica vivenciada na época pelo país, analisarei tanto o conteúdo e os sentidos políticos das primeiras iniciativas desse novo esquema de poder no campo trabalhista e sindical quanto as variadas reações que

¹ Professor de História do Instituto de Educação Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais – IF Sudeste MG / Campus Juiz de Fora, Doutor em História Social (UFF), integrante do *Grupo de Pesquisa Brasil Republicano – Pesquisadores em História Cultural e Política* (BR-PEHCP / CNPq) e autor de *Os trabalhadores e a cidade: a formação do proletariado de Juiz de Fora e sua luta por direitos (1877-1920)*, Funalfa / Editora da FGV, 2010. E-mail: luiseduardo.oliveira@ifsudestemg.edu.br.

² A pesquisa que venho desenvolvendo intitula-se “Visões da imprensa militante do Rio de Janeiro sobre as políticas sindical e social do Governo Provisório de Getúlio Vargas (1930-1934)” e faz parte do projeto *O Rio de Janeiro e o governo Vargas nas páginas dos jornais: ideologias, culturas políticas e conflitos sociais (1930-1945)*, no *Programa Cientistas do Nosso Estado da FAPERJ*, coordenado pelo Professor Jorge Ferreira (UFF).

tais medidas suscitaram entre 1930 e 1931, de modo especial, no interior do movimento operário da cidade do Rio de Janeiro.

I

A despeito das variadas conjunturas políticas e institucionais identificáveis no primeiro longo governo Vargas (1930-1945), as relações entre o Estado e as classes trabalhadoras em tal período foram interpretadas por sociólogos, cientistas políticos e historiadores, na maior parte das últimas quatro décadas, fundamentalmente a partir da noção de *populismo*, em muitos casos secundarizando e mesmo desprezando a voz e as ações concretas do proletariado em diferentes cenários reais de lutas por direitos. Os usos e abusos da categoria analítica “populismo” durante vários anos, por conseguinte, resultaram numa produção historiográfica repleta de lacunas e de explicações frágeis e de difícil sustentação teórica e empírica, sobretudo no tocante à história da classe trabalhadora brasileira.

Alicerçadas em explicações derivadas de categorias como “mistificação”, “manipulação”, “cooptação”, “demagogia” e “falsa consciência de classe”, as análises produzidas por especialistas que tomaram a *teoria do populismo* como uma *verdade absoluta* acabaram por reduzir as relações entre Estado e trabalhadores no Brasil entre 1930 e 1945, em especial, a uma conjunção de propaganda política, passividade operária e repressão policial. Nesta perspectiva, a luta do operariado brasileiro por direitos naquela temporalidade foi encarada pela academia, desde meados da década de 1960, como a “história da domesticação do proletariado”, expressa na conhecida tese de que com a chegada de Getúlio Vargas ao poder os trabalhadores aderiram passivamente ao pacto social urdido pelo Estado, trocando os benefícios da legislação trabalhista por obediência política.³

Na verdade, o que temos sobre o período é uma história ainda a ser resgatada, contada e interpretada, sobretudo para superar as tradicionais análises que se firmaram junto a setores importantes da *intelligentsia* e da *mass media* em relação a uma questão bastante inconveniente, mas incontornável: *por que os trabalhadores apoiaram Vargas e, mais tarde, os trabalhistas?* As respostas que há tempos tal questão embaraçosa vem recebendo - *propaganda estatal, repressão e manipulação política, consciências desviadas, controle operário, heteronomia organizatória, peleguismo sindical, “camponeses que vestiram macacão”, demagogia populista*, dentre outras- se tornam hoje cada vez mais insatisfatórias

³ Entre as principais obras que contribuíram para cristalizar na historiografia a imagem de uma classe trabalhadora brasileira destituída de capacidade associativa autônoma, consciência e combatividade no pós- 1930 destacam-se: LOPES, 1964; RODRIGUES, 1966; IANNI, 1968; RODRIGUES, 1968; WEFFORT, 1978; ERICKSON, 1979 e MUNAKATA, 1981.

tendo em vista, sobretudo, o avanço dos estudos renovados em História Política (FERREIRA, 2001: 13). De modo especial, alentadas pesquisas em fontes primárias – em atas, documentos e jornais sindicais da época, por exemplo – têm contribuído para relativizar um dos fundamentos centrais da teoria do *populismo na política brasileira*, qual seja: *culpabilizar o Estado e vitimizar a sociedade* na análise dos eventos e transformações sociais que se processam em nosso país nos quinze anos seguintes à Revolução de 1930.

A primeira interpretação histórica alternativa aos tradicionais enfoques “sociológicos” e “políticos” sobre a presença dos assalariados na vida política e institucional do país na Era Vargas⁴, cumpre assinalar, surge apenas em fins dos anos 1980, com a publicação do livro *A invenção do trabalhismo*. Em tal obra, a historiadora Angela de Castro Gomes demonstrou que o *pacto* entre Estado e classe trabalhadora no Brasil nas décadas de 1930 e 1940 não pode ser entendido apenas segundo um cálculo utilitário de custos e benefícios. O *trabalhismo*, enquanto projeto que constitui a identidade coletiva do proletariado nacional, afirma a autora, articulou uma *lógica material*, fundada nos benefícios da legislação social, com uma *lógica simbólica*, que representava estes benefícios como doações e beneficiava-se da experiência de luta dos próprios trabalhadores (GOMES, 1988: 23).

Tal perspectiva analítica, por conseguinte, indica que ao invés de representar uma “planta” completamente exótica e daninha enxertada nos meios proletários, o *discurso trabalhista* ensaiado nos anos de 1930 e articulado de forma mais consistente no início da década de 1940 apropriou-se e resignificou o *discurso operário* construído de forma lenta e diversificada ao longo da Primeira República. Para Angela de Castro Gomes, o relativo êxito alcançado tanto pela pregação trabalhista quanto pela organização de muitos dos interesses dos assalariados urbanos em bases corporativistas “baseou-se na resignificação de todo um elenco de demandas e de toda uma tradição cultural e política centrada no valor do trabalho e da dignidade do trabalhador, desta feita enunciados e reconhecidos pelo próprio Estado” (GOMES, 1988: 284). Deste modo, como concluiu a autora:

O processo histórico pelo qual o Estado ampliou seus poderes, intervindo na sociedade através da figura político do Executivo, foi o mesmo pelo qual a classe trabalhadora ganhou o status de ator político relevante. Tal processo, portanto, tornou o Estado o mediador por excelência de todos os interesses corporativamente

⁴ Sobre a classificação das análises que elegeram o populismo como conceito central para a compreensão do movimento operário e sindical pós-1930 em enfoques “sociológicos” e “políticos”, consultar: VIANNA, 1978.

organizados em sindicatos e politicamente representados em partidos (GOMES, 1988: 285).

Ao se recusarem também a atribuir aos assalariados urbanos uma posição política passiva, por sua vez, autores como Jorge Ferreira, Fernando Teixeira da Silva e Hélio da Costa, dentre outros, procuraram realçar o papel ativo e a presença constante desses trabalhadores na interlocução com o Estado em boa parte das décadas de 1930 e 1940. Tal postura analítica, por um lado, torna menos relevante a tradicional dicotomia entre *autonomia* e *heteronomia* da classe como forma de avaliar a legitimidade e/ou nível de consciência das bases e das lideranças sindicais. Por outro lado, exige dos pesquisadores interessados nesse tema o reconhecimento de que as negociações estabelecidas então entre trabalhadores e governantes são resultados de um diálogo tenso, não raro bastante conflituoso, entre atores com recursos de poder diferenciados, mas igualmente capazes de se apropriar e reler as propostas político-ideológicas um do outro.

Sem minimizarem ou desconsiderarem a já amplamente demonstrada capacidade repressiva e persuasiva do projeto político estatal na época de Vargas, os novos estudos sobre as relações entre os assalariados e o Estado, de modo especial, questionam a validade de abordagens históricas realizadas a partir unicamente de paradigmas explicativos ao mesmo tempo opostos e complementares, centrados na *repressão* e na *manipulação*. Como defende Jorge Ferreira em *Trabalhadores do Brasil*, faz-se cada vez mais necessário considerar que as ideologias dominantes naqueles anos, por mais dominantes que tenham sido, não poderiam ter eliminado completamente as ideias, crenças, valores e tradições anteriormente presentes nas culturas política e associativa de expressivos segmentos do proletariado brasileiro:

Antes de atribuir ao projeto estatal, nas décadas de 30 e 40, um poder 'total' que ele não alcançou, [...] talvez fosse mais enriquecedor analisar como os trabalhadores e as pessoas comuns o receberam, apropriaram-se dele, reagiram e mesmo resistiram a ele. [...] Nas propostas sugeridos pelos historiadores da cultura, os trabalhadores não são definidos por sua passividade ou incapacidade de refletir sobre sua própria realidade social, e sim como personagens que viveram experiências políticas, econômicas e culturais e, a partir de um leque de alternativas disponíveis, escolheram suas estratégias, manifestaram atitudes e comportamentos e construíram sua identidade política. Se tais escolhas e estratégias não foram 'reais' ou 'verdadeiras', elas não podem ser subestimadas ou desconsideradas (FERREIRA, 1997: 13-17) (grifos meus).

Numa perspectiva semelhante, Fernando Teixeira da Silva e Hélio da Costa ressaltam que o pesquisadores que se dedicam atualmente em resgatar e compreender a trajetória do

proletariado brasileiro nas diferentes conjunturas do pós-1930 procuram *compreender os trabalhadores nos seus próprios termos*, isto é, “como viam e viviam seu mundo social e como em sua consciência, respondiam a esse mesmo mundo” (SILVA e COSTA, 2001: 215-216). De modo geral, argumentam eles, os novos estudos sobre esse tema têm buscado:

Reconstituir a dinâmica e complexa política de alianças entre os vários atores sociais no período, analisar a legislação social e trabalhista como uma via de mão dupla, pavimentada e apropriada de diferentes maneiras de acordo com os diversos interesses em jogo, recuperar a dialética entre continuidades e discontinuidades históricas no processo de formação da classe operária e reavaliar a explicação do período baseada na clivagem entre lideranças sindicais e trabalhadores (SILVA e COSTA, 2001: 227-228).

É com base nessas referências teóricas e metodológicas renovadas, portanto, que venho procurando resgatar e analisar as diferentes visões político-ideológicas presentes no movimento sindical e na imprensa operária do Rio de Janeiro no momento em que o Governo Provisório, pressionado pelo agravamento da crise socioeconômica, mas sem declinar dos métodos coercitivos tradicionais, inaugurava uma nova fase nas relações entre o Estado e a classe trabalhadora. A seguir, ao lado da apresentação do conturbado cenário político e institucional dos primeiros anos do Governo Provisório, empreenderei um exame dos contornos mais gerais do projeto autoritário-corporativo gestado e implementado nesse momento de transição e instabilidade.

II

A crise generalizada que assolava o país nos meses seguintes ao levante armado de outubro de 1930, levou a facção oligárquica vitoriosa em tal movimento a aceitar uma composição com os membros do *Clube 3 de outubro*, organização formada em fevereiro de 1931 por elementos civis e militares vinculados ao *movimento tenentista* da década de 1920 e que tinha como principal objetivo dar sustentação política e interferir nos rumos do governo revolucionário. No entanto, tal aliança civil-militar não foi suficiente para garantir o fim dos conflitos no interior do novo núcleo de poder e muito menos ainda possibilitou o alcance rápido e integral da tão desejada estabilidade política-institucional. As divergências existentes entre os diversos grupos que participaram da Aliança Liberal, como assinala Dulce Pandolfi, giravam basicamente em torno do tempo de duração do Governo Provisório e do modelo de Estado a ser implementado no país, temas que opunham os *tenentes* e seus aliados civis – defensores de

um governo federal forte e do realização de novas eleições somente após a depuração do sistema político das práticas coronelísticas típicas da *Primeira República* – aos próceres mais destacados das *oligarquias dissidentes* - que tentavam limitar os poderes da União e conquistar mais autonomia para o poder estadual (PANDOLFI, 2003: 17-18).

Em função dessas e outras divergências, em 1931 e 1932 surgem crises e ressentimentos entre as facções da nova elite no poder, obrigando o Chefe do Governo Provisório a promover uma série de mudanças em seu ministério e também nos governos dos estados, em sua maioria comandados por interventores leais à Vargas e ao *Clube 3 de Outubro*.⁵ Com efeito, nesse período, a situação concreta foi de grande incerteza para as diversas frações da classe dominante brasileira e, de acordo com Edgar Carone, o que se verificou em várias unidades da federação, com destaque para o caso de São Paulo, foi a composição de grupos oligárquicos que estiveram em campos antagônicos em outubro de 1930, desta vez, para a consecução de um projeto comum: combater e desalojar Getúlio Vargas e os *tenentes* do poder central (CARONE, 1991:25-26).

Naqueles dois anos, portanto, o principal desafio enfrentado pelo bloco político vitorioso em outubro de 1930 foi *manter-se no poder*. Nesta perspectiva, a fraqueza política e institucional do Governo Provisório em seus primeiros meses, como notou Luiz Werneck Vianna, não lhe permitiria enfrentar e vencer, numa ordem democrática, outros dois desafios que se agigantavam à sua frente: *promover a diversificação e modernização do aparato produtivo nacional e reformar o sistema político* - desafios estes que implicava em “expor as classes dominantes como um conjunto às fortes pressões que viriam ‘de baixo’ e àquelas, também fortes, decorrentes de seu próprio litígio” (VIANNA, 1989: 116-117).

Nesse sentido, Luiz Werneck Vianna conclui que a estabilidade do novo regime dependeria de uma *autonomização política do Estado*, diante da diversidade dos interesses coligados. Essa *autonomização*, em si, ressalta o autor, efetivou-se por fora dos postulados liberais, com o gradativo estabelecimento na sociedade brasileira de um projeto de cunho *autoritário-corporativo* (VIANNA, 1989: 116-117). O núcleo central desse modelo, como explica Maria Celina D’Araujo, era a reorganização das relações entre o aparato estatal e a sociedade civil

⁵ Além das resistências civis, cumpre lembrar, o Governo Provisório enfrentou também sérias dificuldades na área militar, devido à insatisfação de parte da alta oficialidade do Exército em relação ao poder desfrutado pelos *tenentes* no novo regime e, ainda, ao aumento da indisciplina nos quartéis, tendo em vista a ocorrência de cerca de 50 movimentos militares entre 1930 e 1934 (BASBAUM, 1976: 13-16 e PANDOLFI, 2003: 22-23).

em bases novas e sólidas o suficiente para dar respostas aos inúmeros desafios apresentadas tanto pela crise da economia agroexportadora quanto pela falência do Estado liberal-oligárquico (D'ARAÚJO, 2003: 217-219).

Entretanto, reconhecer que o pensamento *autoritário-corporativo* era uma das referências teóricas centrais de todo o empreendimento revolucionário de 1930 não traz como consequência aceitar o argumento de que o modelo de organização social nele previsto foi integralmente aplicado em nosso país durante os quinze anos seguintes, como determinadas leituras de normas e pronunciamentos oficiais daquela temporalidade podem levar a crer. Na opinião de Adalberto Moreira Cardoso, para admitir tal tese seria necessário esposar uma definição muito fraca de *corporativismo*, restrita aos regulamentos ou à ideologia e cega em relação ao mundo sobre o qual eles legislavam ou ao qual davam sentido. Para esse autor, o mais plausível seria assumir que a ordem corporativa no Brasil jamais foi tão forte e unívoca e que a relação das classes com o Estado brasileiro, entre 1930 e 1945, não tinha caráter corporativo em sentido forte, mas, sim, um desenho legal corporativo utilizado para a *repressão* e o *controle* dos trabalhadores (CARDOSO, 2003: 127-137).

Numa perspectiva semelhante, Angela Araújo argumenta que a implantação do projeto *autoritário-corporativo* no Brasil durante o primeiro período Vargas constituiu um processo de marchas e contramarchas. Particularmente no início do Governo Provisório, a necessidade de obter a *aquiescência* da classe trabalhadora para se materializar fez com que o modelo *corporativista* em questão contivesse uma dimensão positiva de concessão de benefícios e de atendimento efetivo a certos interesses e necessidades concretas do proletariado e de suas entidades representativas. Apesar de seus aspectos negativos e autoritários, afirma Angela Araújo, o corporativismo estatal do início da década de 1930 não tinha a exclusão dos trabalhadores como principal lógica operativa, uma vez que:

As instituições corporativas, construídas pelo Estado a partir de 1930, juntamente com a legislação trabalhista, constituem a peça-chave de uma estratégia de incorporação das classes trabalhadoras que, como parte de um processo de revolução passiva, representaram o principal instrumento de obtenção do consentimento dessas classes, de ampliação da base social do Estado e, portanto, de recomposição de seus aparelhos de hegemonia.[...] O Estado varguista, na medida em que buscou a integração das massas trabalhadoras sobre seu controle, incorporou interesses substantivos destas classes, ao garantir seus direitos sociais, reconhecer o sindicato como interlocutor legítimo e abrir novos canais de participação política (como os conselhos técnicos, as diferentes comissões ministeriais a representação classista nos órgãos legislativos) (ARAÚJO, 2002: 30-33).

Acredito que as análises dos diferentes autores mencionadas até aqui, no seu conjunto, apontam para o entendimento de que no conturbado contexto social do início da década de 1930 - marcado pela grave crise econômica nacional, pelo rompimento do pacto político entre as elites e pela autonomização política do Estado, com a imposição gradual de um modelo *autoritário-corporativo* de organização social - a *questão do trabalho* tornou-se um problema fundamental que o Governo Provisório deveria tratar de forma específica e imediata. Precisamente por esta razão, a classe trabalhadora foi reconhecida como um ator político legítimo e a formulação e execução de uma legislação sindical, trabalhista e previdenciária - preconizada tanto na plataforma eleitoral da Aliança Liberal, quanto no programa reformista do Clube 3 de Outubro - passou a ser gradativamente encarada pelos novos governantes como um instrumento indispensável à *estabilidade política* e não apenas como uma simples medida *sanitária* ou *filantrópica*, como até então as classes dominantes brasileiras vinham entendendo e encaminhado esses importantes temas sociais.

Na terceira e última parte desta comunicação, por conseguinte, o foco da análise se concentrará não apenas no conteúdo e os sentidos políticos iniciais de tal política trabalhista e sindical, como também nas variadas reações que ela despertou nos meios proletários de importantes cidades brasileiras, especialmente do Rio de Janeiro entre 1930 e 1931.

III

Discursando para lideranças operárias do Rio de Janeiro no início de 1931, o ministro Lindolfo Collor explicitou como naquele momento os dirigentes do Governo Provisório estavam pensando a participação dos trabalhadores na nova ordem social que pretendiam edificar no país. Na retórica governamental, de acentuado tom nacionalista, o recém-criado *Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*, instituído pelo decreto 19.443 de 26/11/1930, aparece como equidistante do capital e do trabalho e, justamente por este motivo, é apresentado como a instituição mais indicada para a promoção da *harmonização* de interesses entre patrões e empregados:

Não consideram os dirigentes da República Nova o proletariado como força política ou partidária, mas como fator econômico e elemento de expressão social. [...] Exteriorizando o pensamento do eminente Chefe do Governo Provisório, já tive repetidas oportunidades para dizer que a revolução brasileira, com a criação do Ministério do Trabalho, veio substituir o antigo conceito de luta de classes, pelo conceito novo, orgânico e construtor, humano e justo, de cooperação entre as classes. Por que, daqui para o futuro, estarão os operários em luta contra os

*patrões num Estado como o nosso, em que se cria um aparelhamento administrativo para dirimir todos os dissídios do trabalho e para amparar as pretensões justas e exequíveis do proletariado brasileiro?*⁶

Cumprir assinalar, entretanto, que sob a gestão de Lindolfo Collor no Ministério do Trabalho, entre fins de 1930 e o começo de 1932, a pregação oficial em torno da necessidade de se instituir uma nova ordem social no país, mais harmônica e pacífica, em sintonia com os interesses do empresariado urbano, subsistiu desacompanhada de leis trabalhistas concretas. Já nos meios proletários, as primeiras medidas da *nova política social*, adotadas pelo governo federal entre novembro de 1930 e fevereiro de 1931, foram recebidas de maneiras distintas pela classe trabalhadora brasileira, isto tanto em função da heterogeneidade de sua origem nacional e de sua composição profissional, quanto devido à pluralidade de concepções ideológicas existente entre as lideranças de seu movimento associativo e reivindicatório, que experimentava, nesse momento, uma fase de significativa reorganização. De fato, a criação e estruturação do Ministério do Trabalho, assim como a lei da nacionalização do trabalho (decreto 19.482 de 12/12/1930) e a extensão para algumas categorias profissionais do regulamento de criação de caixas de aposentadorias e pensões nas empresas (decreto 19.497 de 17/12/1930) encontraram o movimento operário numa momento de grande efervescência política e organizatória, com reabertura de associações e sindicatos fechadas no período Washington Luiz, o surgimento de novas entidades classistas e a ocorrência de inúmeras greves e manifestações populares.

Everardo Dias ressalta que o clima generalizado de esperança por mudanças sociais efetivas levou muitos trabalhadores do Rio de Janeiro e de São Paulo, assim como de outras importantes cidades brasileiras, a participarem de comícios, de assembléias de reorganização sindical e de greves realizados em novembro e dezembro de 1930, ainda sob o calor das comemorações populares pela vitória do movimento armado de outubro. Segundo ele, havia a expectativa de conseguir do Governo Provisório o cumprimento das leis sociais existentes e desconsideradas até então pelo patronato, bem como de obter dos novos governantes a garantia da mais ampla liberdade de funcionamento para as associações proletárias (DIAS, 1977: 176-178).

⁶ “Discurso proferido por Lindolfo Collor aos representantes das associações operárias do Rio de Janeiro – O Globo, 24/01/1931”. In *A Revolução de 30: textos e documentos*. Brasília: UnB, Tomo II, 1982, pp. 297-301.

No Rio de Janeiro, em especial, a posse do Governo Provisório arrefeceu, em parte, a pesada repressão sobre o movimento operário desencadeada pela *Junta Governativa* nos primeiros dias após a queda de Washington Luiz. Desta maneira, diversos sindicatos que haviam sido fechados foram autorizados a reabrir suas portas e a promover reuniões com seus associados, como aconteceu no caso da combativa *União dos Trabalhadores na Indústria Metalúrgica* (STOTZ, 2001: 143). Com efeito, entre novembro de 1930 e abril de do ano seguinte, diversas greves parciais ocorreram na antiga Capital Federal, principalmente nas grandes unidades fabris do setor têxtil. Pressionados pela crise econômica e aproveitando esse interregno de relativa liberdade sindical, os operários cariocas paralisaram o trabalho reivindicando, dentre outras coisas, a concessão de aumentos salariais, o estabelecimento de uma jornada mínima semanal de trabalho, a suspensão das demissões e o cumprimento da lei de férias (LOBO, 1992: 87 e LEME, 1978: 127-128).

Angela Araújo, por sua vez, chama a atenção para o fato de que desde os anos de 1920, pelo menos, parcelas importantes dos assalariados do Rio de Janeiro e de São Paulo eram representadas também por uma série de entidades dirigidas por sindicalistas que ela classificou como “reformistas”. Para a autora, essa situação evidencia a existência tanto de diferentes concepções e práticas sindicais em disputa no movimento operário e quanto de dificuldades para a realização, naquele momento, de políticas de unidade entre as distintas correntes, seja na reconstrução dos organismos sindicais seja na luta contra a lei de sindicalização (ARAÚJO, 2002: 47-49).

De fato, havia segmentos organizados do proletariado do Distrito Federal, de modo especial, que não só encararam com bastante simpatia e otimismo as primeiras medidas da *política social* do Governo Provisório, *adotadas* de fato ou apenas *prometidas*, como também se apresentaram como aliados importantes para sua construção e implementação efetiva. Em função de suas próprias tradições organizativas e reivindicatórias e diante do mal-estar provocado pela crise econômica, ainda em dezembro de 1930, por exemplo, dirigentes sindicais dos marítimos, portuários, ferroviários, cocheiros, ferradores, operários das fábricas de tecidos e de outras associações similares do Rio de Janeiro compareceram em delegações ao Ministério do Trabalho para levar suas saudações, reivindicações e sugestões ao ministro Lindolfo Collor.

A comissão de classes marítimas, em particular, composta de indivíduos pertencentes à União Geral dos Trabalhadores Marítimos e Portuários do Brasil, do Clube dos Oficiais da Marinha Mercante, do Clube Beneficente de Maquinistas, da Associação Geral dos Empregados do Lloyd Brasileiro solicitou a extensão para os marítimos civis da Lei n.º 5.109, de 20/12/1926, que trata de pensões e aposentadoria aos ferroviários e portuários. Já os representantes da Associação de Resistência dos Cocheiros, da União dos Operários Ferradores e da União dos Operários em Fábricas de Tecidos entregaram um memorial ao ministro contendo propostas semelhantes a algumas das determinações da lei de sindicalização de 1931, como a proibição de propaganda política nas sedes dos sindicatos, a exigência de que dois terços de membros da diretoria fossem brasileiros e a presença “de um delegado especial do Ministério do Trabalho, em todas as questões que se prendessem ao cumprimento dos estatutos sociais” (CARONE, 1991: 38-40). Suscitavam, dessa maneira, a incorporação de suas demandas por parte do Estado, ao passo que ofereciam apoio político aos novos governantes do país e procuravam se fortalecer em meio à disputa por hegemonia que travavam no interior do movimento operário carioca com militantes das correntes mais à esquerda, sobretudo os comunistas e anarquistas.

Confirmando essa tendência de aproximação e diálogo como os novos governantes, em 21 de janeiro de 1931 o jornal *Diário Mercantil* noticiou que cerca de 40 associações operárias do Distrito Federal, de São Paulo e da região Norte (regiões Nordeste e Norte atualmente) planejavam reunir cerca de *trinta mil* trabalhadores em uma grande concentração proletária na esplanada do Castelo, no Rio de Janeiro, para prestarem seu apoio político ao chefe do Governo Provisório e ao ministro do trabalho. No panfleto que distribuíram para convidar a população do Rio de Janeiro para prestigiar tal ato público, as lideranças sindicais que o organizaram expressaram a esperança de que os novos governantes implementariam, de fato, a *política social* prometida pela Aliança Liberal, que, segundo eles:

*Não é mais a velha política profissional, cujos males precipitaram a Revolução de Outubro, mas de assistência eficaz e humana a milhões de patriotas que, nas usinas e nas fábricas, nos ateliers e nas casas de negócio, vinham prestando o seu valiosíssimo concurso à prosperidade e bem-estar coletivo, sem ao menos terem a ampará-los um sistema de leis que nos países cultos já se tornaram indiscutíveis conquistas da consciência jurídica contemporânea.*⁷

⁷ Marcado a princípio o dia 17/01/1931, ao que tudo indica, esse ato político foi realizado no dia 24 daquele mês diante do Palácio do Catete, com um número bem menor de participantes. Ver *A Revolução de 30: textos e documentos*. Brasília: UnB, Tomo II, 1982, p.273 e *Diário Mercantil*, Juiz de Fora - MG, 21/01/1931, p. 1.

Confiavam, portanto, que a criação do Ministério do Trabalho e a decretação das leis sociais que estavam sendo ou seriam elaboradas no seu interior iriam “criar para o operariado um ambiente de garantias e de direitos até então postergados ou, antes, violentamente suprimidos pelos governos passados.” No discurso que fez naquela concentração pública, Lindolfo Collor procurou reforçar, por sua vez, as expectativas dos trabalhadores e dos dirigentes sindicais presentes de que o governo revolucionário trataria a *questão social* com zelo e justiça, ao prometer que:

*Todo amparo e toda proteção justa que se puder dar será dada ao trabalhador nacional. Defender-lhe-emos os direitos, associando-o diretamente, por intermédio das suas associações de classe, à solução de todos os conflitos em que ele figurar como parte. Amparar-lhe-emos eficientemente a velhice e invalidez. Providenciaremos para que, na medida do possível, lhes sejam conseguidos, para sua propriedade, tetos baratos, higiênicos e confortáveis. Dar-lhe-emos uma lei segura e eficiente de acidentes de trabalho. As mulheres e os menores estarão no abrigo das leis humanas. Cuidaremos da sua instrução, dos seus aperfeiçoamentos técnicos e não nos esqueceremos dos seus lazeres, dos seus descansos físicos e da recreação dos seus espíritos. O Código do Trabalho, que o Governo Provisório espera decretar ainda este ano, será obra digna da nossa cultura social e das nossas preocupações de justiça.*⁸

É interessante observar que, ainda que de modo não tão articulado, nesse discurso Lindolfo Collor antecipava uma prática política consagrada no Ministério do Trabalho durante o Estado Novo por Alexandre Marcondes Filho: a de apresentar a *legislação social* como uma *dádiva do Chefe da Nação a seu povo* (GOMES, 1988: 246-247). Ao final de seu pronunciamento, entretanto, o ministro deixou claro que o *novo governo* esperava dos assalariados brasileiros, em *retribuição* ao seu “ato clarividente” de doar-lhes uma *política social abrangente e moderna*, três atitudes complementares: *reconhecimento, solidariedade e abstinência de práticas políticas ditas subversivas*. Ao mesmo tempo, por meio da exaltação do sentimento de nacionalidade dos presentes, Lindolfo Collor não só *anunciou* o recrudescimento da repressão aos setores mais à esquerda do movimento operário, como também *ousou* pedir o apoio das lideranças reformistas para tal medida arbitrária:

O Brasil merece tudo de nós. (...) Eis porque deve merecer toda a vossa condenação mais veemente, toda agitação encaminhada, à sombra de princípios subversivos, contra a integridade do Brasil, contra a sua soberania, contra a sua dignidade internacional. Quem, dentro das nossas fronteiras, se erigir em inimigo, não de governos, não de classes, mas do Brasil, será indigno das nossas leis e de respirar o

⁸ “Discurso proferido por Lindolfo Collor aos representantes das associações operárias do Rio de Janeiro – O Globo, 24/01/1931”. In *A Revolução de 30: textos e documentos*. Brasília: UnB, Tomo II, 1982, p. 300.

*ar da nossa Pátria. Seja o lema do proletariado brasileiro: tudo pelo Brasil; tudo contra os inimigos do Brasil.*⁹

O sufocamento sistemático dos militantes proletários considerados pelos *novos governantes do país* como “inimigos internos do Brasil”, na verdade, havia começado semanas antes desse discurso do ministro do Trabalho. No início de 1931, a intensa repressão policial impediu que militantes do Partido Comunista do Brasil (PCB) promovessem livremente *marchas* em diversos pontos do país para denunciar a situação de miséria e de fome enfrentada pelos trabalhadores brasileiros. O temor de que essas *marchas da fome*, como ficaram conhecidas essas manifestações, provocassem saques e revoltas populares nas cidades onde estavam programadas para ocorrer fez com que o chefe da polícia do Distrito Federal, Baptista Luzardo, determinasse às polícias estaduais que reprimissem energicamente tal movimento (LEME, 1978: 126-128).

Nesta perspectiva, a repressão policial ordenada por autoridades do governo federal e pelos interventores nos estados às diversas greves e manifestações realizadas entre novembro de 1930 e meados de 1931 em cidades como o Rio de Janeiro, São Paulo, Santos e Natal, dentre muitas outras, e o recrudescimento do problema do desemprego, nesse mesmo período, contribuíram em grande medida para desgastar a imagem dos novos governantes junto às camadas populares nos centros urbanos mais importantes do país. Como constatou Anita Leocádia Prestes no levantamento que realizou em jornais da época, mal decorridos seis meses de sua instalação, o desencanto com o Governo Provisório era considerável:

O noticiário dos jornais dava conta da gravidade do desemprego no país e das preocupações do ministro do Trabalho, Lindolfo Collor, com o problema e com a necessidade premente de construir casas populares (A Pátria, RJ, 13 e 14/12/30:1 e 03/01/31:3); informava a respeito de greves operárias, como a dos operários da Light de São Paulo, ainda em dezembro de 1930 (idem, 26/12/30:1), ou de uma possível passeata contra a fome, a ser realizada na capital da República, na segunda metade de janeiro de 1931 (idem, 20/01/31:1). Comentava-se o aumento dos preços do leite e do pão (idem, 02/04/31:1) (PRESTES, 1997: 26).

A persistência em tratar as manifestações populares à pata de cavalo, como faziam os governos da República Oligárquica, só fazia aumentar as desconfianças de muitos trabalhadores e desempregados - especialmente aqueles que, de alguma forma, eram politicamente influenciados pelas lideranças mais à esquerda do movimento operário - de que

⁹ “Discurso proferido por Lindolfo Collor aos representantes das associações operárias do Rio de Janeiro – O Globo, 24/01/1931”. In *A Revolução de 30: textos e documentos*. Brasília: UnB, Tomo II, 1982, pp. 297-301.

o novo governo iria promover, de fato, as tão desejadas mudanças sociais. Não obstante a repressão e a crise em curso, outros segmentos do sindicalismo preexistente, que dispunham de relativa legitimidade e força política junto aos assalariados do Rio de Janeiro, em especial, mantinham certa aproximação e expectativa com relação às medidas estatais no campo trabalhista e sindical entre 1930 e 1931.

De todo modo, cabe ressaltar uma vez mais, a *nova política social* proposta e defendida abertamente pelos homens que estavam à frente do Governo Provisório foi recebida de maneiras variadas pelos assalariados urbanos e suas lideranças. Particularmente interior do movimento operário do Rio de Janeiro, em franco processo de reorganização nessa conjuntura conturbada do limiar da década de 1930, a possibilidade de maior intervenção do Estado nas relações de trabalho resultou não apenas em distintos posicionamentos políticos e ideológicos, como também numa variedade de formas organizativas e pautas reivindicatórias – processo este que venho procurando resgatar, agora, a partir da análise de uma gama de periódicos proletários publicados então na antiga Capital Federal, com destaque para jornais como *A Classe Operária*, *A Luta de Classes*, *O Trabalhador do Brasil* e *Jornal do Povo*, dentre outros.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, Angela Maria Carneiro. “Estado e trabalhadores: a montagem da estrutura sindical corporativista no Brasil”. In ARAÚJO, Angela (Org.). *Do corporativismo ao neoliberalismo: Estado e trabalhadores no Brasil e na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2002.

BASBAUM, Leôncio. *História Sincera da República (1930-1960)*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

BLASS, Leila Maria da Silva. *Imprimindo a própria história: o movimento dos trabalhadores gráficos de São Paulo no final dos anos 20*. São Paulo: Edições Loyola, 1986.

CARDOSO, Adalberto Moreira. *A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2003.

CARONE, Edgar. *Brasil: anos de crise (1930-1945)*. São Paulo: Ática, 1991.

D'ARAÚJO, Maria Celina. "Estado, classe trabalhadora e direitos sociais". In FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano, Vol. 2 – O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DIAS, Everardo. *História das lutas sociais no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1977.

ERICKSON, Kenneth Paul. *Sindicalismo no processo político brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

FERREIRA, Jorge. "O nome e a coisa: o populismo na política brasileira". In FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FERREIRA, Jorge Luiz. *Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular*. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 1997.

GOMES, Angela de Castro. "O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito." In FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. São Paulo / Rio de Janeiro: Vértice / IUPERJ, 1988.

GOMES, Angela de Castro. *Burguesia e trabalho: política e legislação social no Brasil (1917-1937)*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

IANNI, Octávio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

LEME, Marisa Saenz. *A ideologia dos industriais brasileiros (1919-1945)*. Petrópolis: Vozes, 1978.

LOBO, Eulália Maria Lahmayer. "O Estado centralizado, a crise econômica e o operariado (1930-1936)." In LOBO, Eulália Maria Lahmayer (Coord.). *Rio de Janeiro operário: natureza do estado, conjuntura econômica, condições de vida e consciência de classe (1930-1970)*. Rio de Janeiro: Access Editora, 1992.

LOPES, Juarez Brandão. *Sociedade Industrial no Brasil*. São Paulo: Difel, 1964.

- MUNAKATA, Kazumi. *A legislação Trabalhista no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- PANDOLFI, Dulce. “Os anos 1930: as incertezas do regime.” In FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano, Vol. 2 – O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- PRESTES, Anita Leocádia. *Luiz Carlos Prestes e a Aliança Nacional libertadora: os caminhos da luta antifascista no Brasil (1934/35)*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- RODRIGUES, José Albertino. *Sindicato e desenvolvimento no Brasil*. São Paulo: Difel, 1968.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. *Trabalhadores, sindicatos e Industrialização*. São Paulo: Brasiliense, 1974.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. *Conflito Industrial e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Difel, 1966.
- SANTA ROSA, Virgíneo. *O sentido do tenentismo*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1976.
- SILVA, Fernando Teixeira da e COSTA, Hélio da. “Trabalhadores urbanos e populismo: balanço dos estudos recentes.” In FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- STOTZ, Eduardo Navarro. “Sindicato dos Metalúrgicos e a construção da identidade coletiva do grupo operário (1917-1945).” In RAMALHO, José Ricardo e SANTANA, Marco Aurélio (Org.). *Trabalho e tradição sindical no Rio de Janeiro: a trajetória dos metalúrgicos*. Rio de Janeiro, DP & A, 2001.
- VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- VIANNA, Marly de Almeida G. “O PCB, a ANL e as insurreições de novembro de 1935.” In FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano, Vol. 2 – O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- WEFFORT, Francisco *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.